

RESULTADOS
2T14

Relações com Investidores



CTEEP ANUNCIA RESULTADOS DO 1S14

São Paulo, 30 de Julho de 2014 – A **CTEEP** - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP ou Companhia”) (BM&FBovespa: **TRPL3** e **TRPL4**), uma das principais concessionárias privadas do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, anuncia seus resultados do 2º trimestre de 2014 e 1º semestre de 2014. As informações financeiras e operacionais dos períodos a seguir, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DESTAQUES

- **Conclusão das obras das Estações da IEMadeira:** em 12 de maio as obras das estações retificadora (Porto Velho) e Inversora (Araraquara), ambas do Lote F – Leilão 007/2008, da subsidiária IEMadeira (51% CTEEP) foram disponibilizadas ao Operador Nacional do Sistema. A RAP 2014/2015 integral do lote é de R\$ 213,6 milhões;
- **Lucro Líquido:** alcançou no 1S14 R\$ 175,7 milhões, aumento de 48,3% em relação ao mesmo período de 2013;
- **EBITDA (ICVM nº 527):** com margem operacional de 50,8%, EBITDA atinge R\$ 225,4 milhões no 1S14 e supera em 25,5 pp o mesmo período de 2013, considerando contribuição expressiva do crédito extemporâneo de PIS/COFINS;
- **Reajuste Anual da Receita (RAP):** em 24 de junho de 2014, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.756, estabelecendo as RAPs da CTEEP e suas Controladas para o ciclo 2014/2015. A RAP da Controladora que era de R\$ 542,1 milhões, passou para R\$ 659,9 milhões (aumento de 21,7%), a RAP das Controladas que era de R\$ 88,1, passou para R\$ 101,6 (aumento de 15,3%). A CTEEP aguarda análise da ANEEL referente aos pleitos que realizou sobre o referido reajuste;
- **Efeito do Reconhecimento das Melhorias:** em 27 de dezembro de 2013 a ANEEL divulgou o Despacho de Encerramento nº 4.413 que reconhece as receitas dos investimentos realizados em Melhorias a partir de 2013. Os resultados de 2014 trazem esse efeito positivo, não contemplado nas comparações trimestrais com 2013, pois seu reconhecimento ocorreu após o pronunciamento da ANEEL (dezembro de 2013).

Teleconferência:

Dia: 31/07/2014

Horário: 10h00 (Brasília)

Telefones:

Brasil: (+55 11) 3193 1001

(+55 11) 2820 4001

USA: (+1 888) 700 0802

Outros: (+1 786) 924 6977

Webcast: www.ctEEP.com.br/ri

Principais Indicadores Consolidados						
(R\$ milhões)	2T14	2T13	Δ%	1S14	1S13	Δ%
Receita Líquida	218,4	205,3	6,3%	443,7	406,2	9,2%
EBITDA	119,8	45,7	162,0%	225,4	102,7	119,6%
Margem EBITDA	54,9%	22,3%	32,6 p.p	50,8%	25,3%	25,5 pp
Lucro Líquido	90,1	47,4	90,1%	175,7	118,4	48,3%
Margem Líquida	41,3%	23,1%	18,2 p.p	39,6%	29,2%	10,4 pp

Sobre a CTEEP

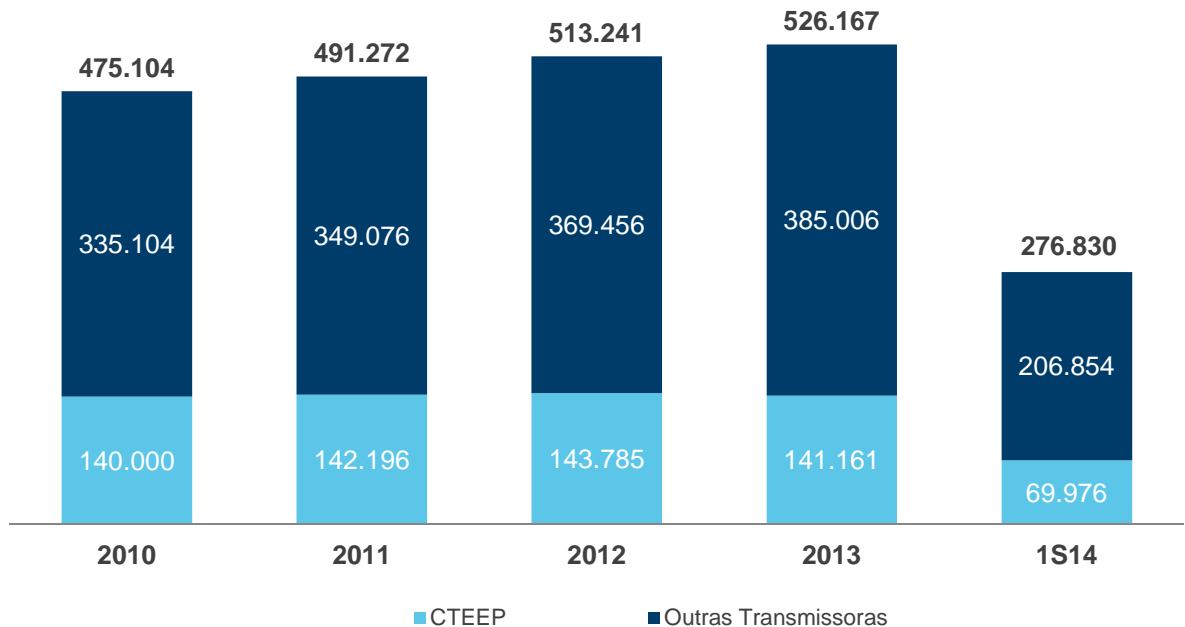
A CTEEP- Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista uma das principais concessionárias privadas do setor de transmissão de energia do Brasil, atualmente, responsável pelo transporte anual de cerca de 25% de toda a energia elétrica produzida no país, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% no Estado de São Paulo, no primeiro semestre de 2014.

Com sede na cidade de São Paulo, a CTEEP está presente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Espírito Santo. A organização detém participação acionária em empresas constituídas para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica: IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), IEPinheiros (Interligação Elétrica Pinheiros), IESerra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi), IEGaranhuns (Interligação Elétrica Garanhuns), IEMADEIRA (Interligação Elétrica do Madeira), IESUL (Interligação Elétrica Sul) e IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste) e Evrecy, empresa de transmissão adquirida em 2012.

No 1S14 um total de 69.975,43 GWh de energia trafegaram pelos ativos da CTEEP, uma rede formada por 13.516 km de linhas de transmissão, 18.893 km de circuitos, 2.280 km de cabos de fibra óptica e 107 subestações com tensão de até 550 kV, o que totaliza capacidade instalada de 45.712 MVA. Essa rede é integrada com a de outras transmissoras, viabilizando acesso aos clientes livres, bem como a conexão das empresas geradoras e das distribuidoras, que levam a energia elétrica até os consumidores finais.

Abaixo é demonstrada a participação, em GWh, da CTEEP no Sistema Interligado Nacional (SIN) de 2010 ao 1S14. O SIN é um sistema de transmissão e produção de energia elétrica do Brasil, formado por empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte.

GWh

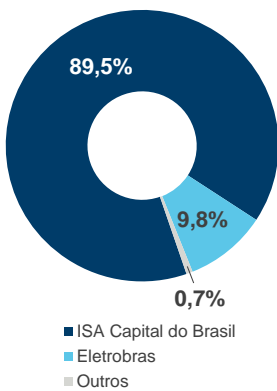


Composição Acionária

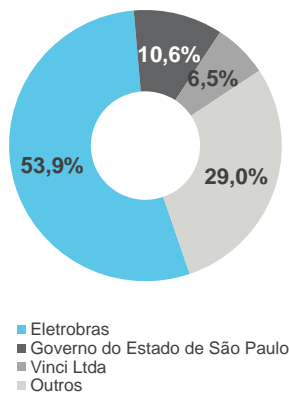
Controlada pela ISA, um dos maiores grupos de transmissão de energia da América Latina, a CTEEP tem ainda entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo de energia brasileiro, o Governo do Estado de São Paulo e mais de 60 mil acionistas.

Com ações listadas na BM&FBovespa, a CTEEP participa, desde 2002, do Nível 1 de Governança Corporativa. Adicionalmente, a Companhia participa do programa de *American Depositary Receipts* – ADRs – Regra 144 A nos Estados Unidos.

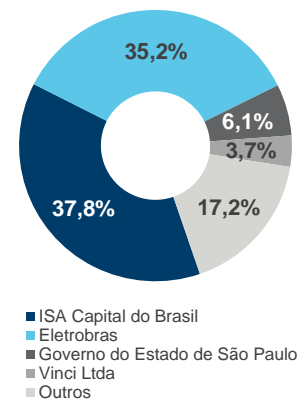
Ações Ordinárias – TRPL3
(42% do total)



Ações Preferenciais – TRPL4
(58% do total)



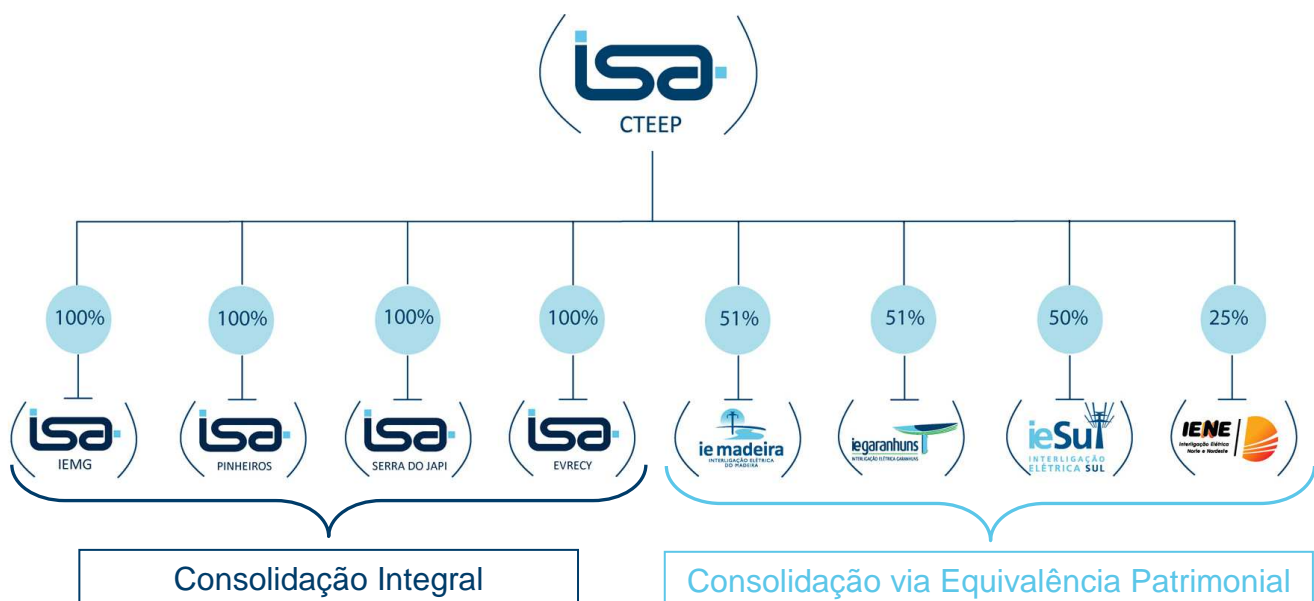
Capital Social Total



Estrutura Societária

A CTEEP é uma empresa que possui participações societárias, cujo resultado depende diretamente do resultado de suas controladas e de suas controladas em conjunto (coligadas ou *joint venture*). O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Abaixo são demonstradas as participações nas subsidiárias em 30 de junho de 2014:



Desempenho Operacional

■ Excelência Operacional

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), o sistema elétrico brasileiro é formado por alguns sistemas isolados e pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), que atende a mais de 98% da população do Brasil. A coordenação e o controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

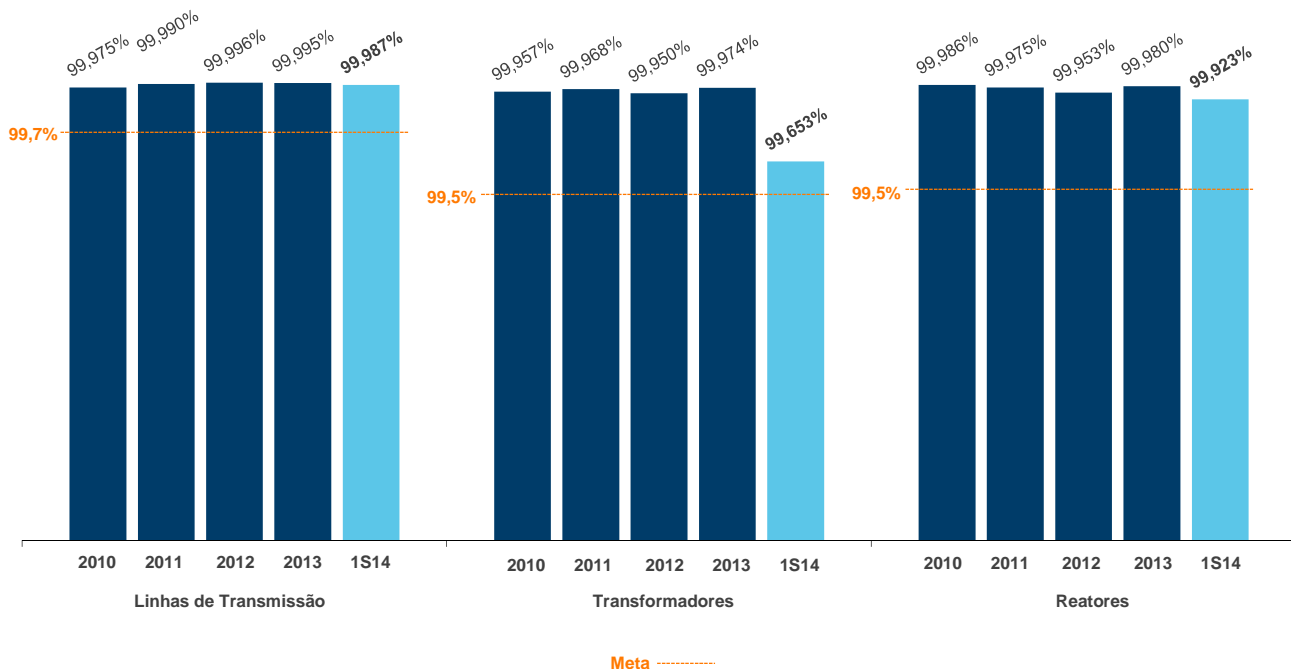
O setor tem seu marco regulatório consolidado pela Lei 10.848/2004, que define as regras de funcionamento e as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. O cumprimento dessas regras é fiscalizado pela ANEEL.

Para atender a esse cenário cada vez mais exigente, a CTEEP investe permanentemente na aplicação de novas tecnologias que agregam valor à sua rede, com forte ênfase nas atividades de operação e manutenção. Tal foco visa garantir a eficiência e qualidade na prestação de seus serviços de transmissão, mesmo porque a receita operacional da Companhia está diretamente relacionada à disponibilidade de seus ativos (linhas de transmissão, transformadores, equipamentos de compensação reativa etc). Nesse sentido, a CTEEP também possui o Plano de Otimização de Ativos (POA) e o Programa de Melhorias da Transmissão (PMT), ambos focados no aperfeiçoamento contínuo de seus equipamentos e sistemas.

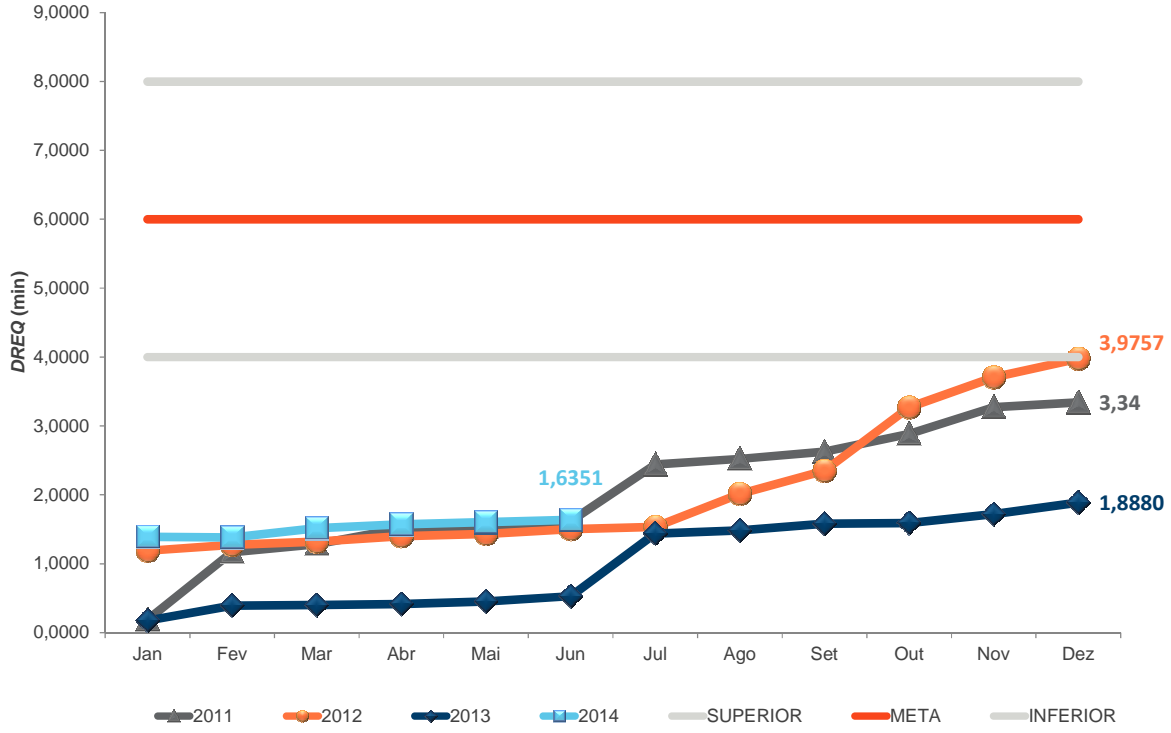
A CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos através da Receita Anual Permitida (RAP). Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar uma queda de sua remuneração, por de desconto na receita auferida pela disponibilidade.

Dessa forma, os indicadores a seguir apresentam um resumo do desempenho operacional da CTEEP.

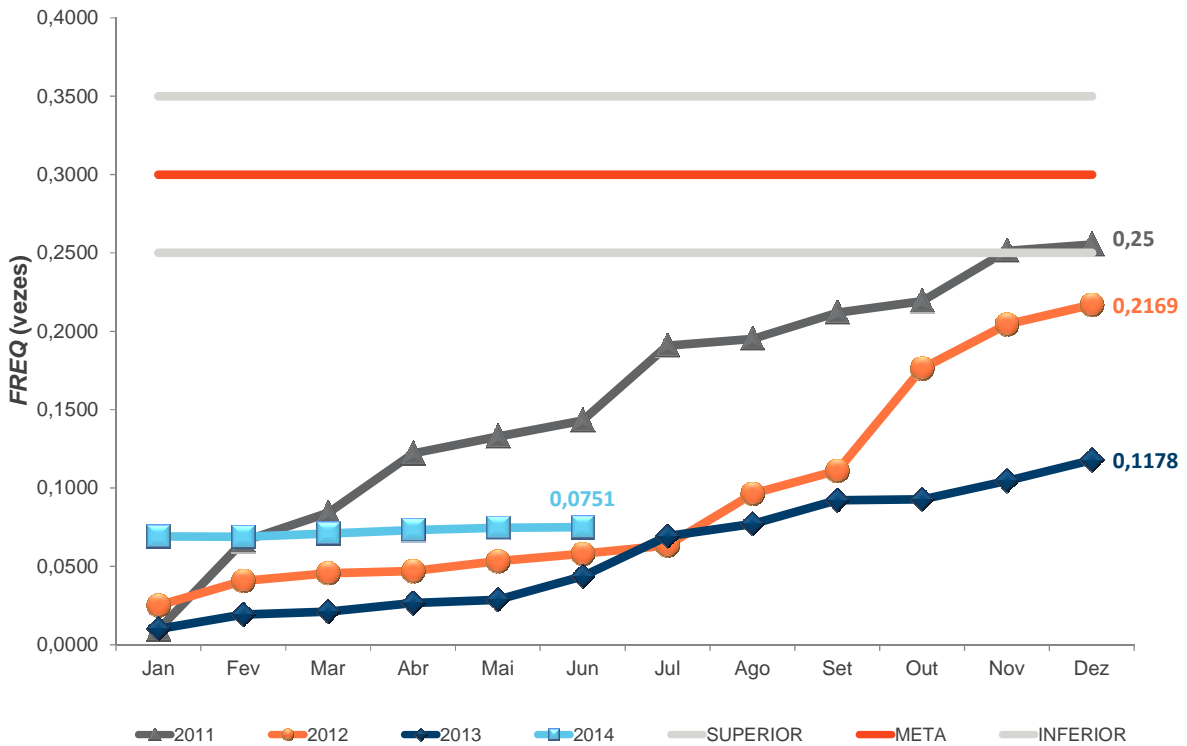
Disponibilidade dos Ativos



Duração Equivalente de Interrupção (DREQ) - Tempo equivalente de interrupção da demanda máxima expressa em minutos.



Frequência Equivalente de Interrupção (FREQ) - Número de vezes em que a demanda máxima é interrompida no período.



Em 30 de junho de 2014, o índice **DREQ** dos últimos 06 meses registrado pela CTEEP foi de 1,6351. O índice **FREQ** dos últimos 06 meses foi de 0,0751 vezes

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Operacional Bruta

No 1S14, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 498,7 milhões, crescimento de 6,3% em relação ao 1S13 quando reportou R\$ 469,3 milhões. A variação decorrente, sobretudo, do aumento de 11,8% na receita de operação e manutenção.

Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T14	2T13	Δ%	1S14	1S13	Δ%	2T14	2T13	Δ%	1S14	1S13	Δ%
Construção	38,1	30,5	24,7%	75,8	55,1	37,6%	40,4	39,3	2,8%	81,2	85,8	(5,5%)
Operação e Manutenção	160,0	149,1	7,3%	323,0	288,2	12,1%	166,2	155,2	7,1%	334,3	298,9	11,8%
Financeira	20,9	21,5	(2,7%)	40,4	48,5	(16,7%)	34,4	35,7	(3,5%)	72,6	74,5	(2,6%)
Outras	5,8	5,3	10,1%	11,9	10,5	12,6%	5,3	5,0	6,2%	10,6	10,0	5,5%
Total	224,7	206,3	8,9%	451,0	402,2	12,1%	246,4	235,2	4,7%	498,7	469,3	6,3%

Receitas de Serviços de Construção - A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

A Receita de Construção Consolidada totalizou R\$ 81,2 milhões no 1S14, uma redução de 5,5% quando comparada ao 1S13 onde registrou R\$ 85,8 milhões. Essa variação decorre, principalmente, da entrada em operação dos lotes K dos Leilões 004/2008 (Subestação Itapeti) e 004/2011 (Subestação Atibaia II) da controlada Pinheiros, cujas obras foram concluídas no primeiro e terceiro trimestres de 2013, respectivamente.

A Receita de Construção de 2014 contempla, ainda, o reconhecimento dos investimentos em Melhorias, conforme previsto na Resolução Normativa 443/2011 e Despacho de Encerramento nº 4.413 da ANEEL.

Receitas dos Serviços de Operação e Manutenção - São reconhecidas no período no qual os serviços operacionais e de manutenção são prestados pela Companhia aos ativos da concessão.

As Receitas de Operação e Manutenção consolidadas totalizaram R\$ 334,3 milhões no 1S14 comparados com R\$ 298,9 milhões no 1S13, refletindo principalmente a variação positiva do IPCA (6,37%) e IGP-M (7,84%), que corrigiram a Receita Anual Permitida (RAP) de 2012/2013 para 2013/2014 dos contratos de concessão da Companhia (95,9% corrigida por IPCA e 4,1x% corrigida por IGP-M), bem como pela entrada em operação de novos projetos de reforços.

Receita Financeira - A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros apurados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil inicial deste ativo.

No 1S14 as Receitas Financeiras consolidadas somaram R\$ 72,6 milhões, redução de 2,6% comparada ao 1S13 quando atingiu R\$ 74,5 milhões, refletindo a variação do fluxo financeiro previsto para a realização dos valores de construção e indenização.

Outras Receitas - As outras receitas referem-se a aluguéis junto à empresa de telefonia fixa e prestação de serviços relacionados à manutenção e análise técnicas contratadas por terceiros.

No 1S14 as Outras Receitas totalizaram R\$ 10,6 milhões, alta de 5,5% em relação ao 1S13, quando registrou R\$ 10,0 milhões.

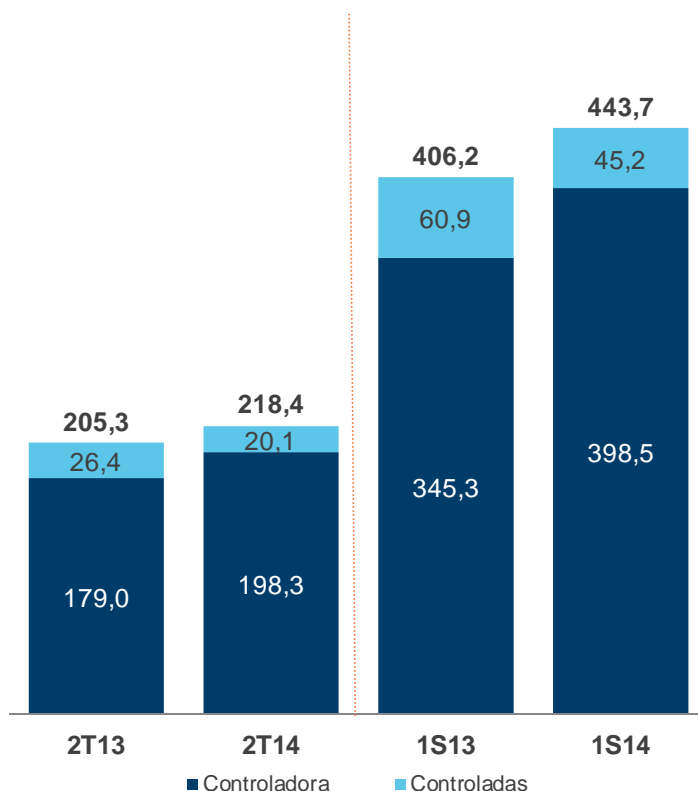
Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional atingiram R\$ 55,0 milhões no 1S14, redução de 12,9% comparadas a R\$ 63,1 milhões no 1S13. A variação reflete principalmente i) redução de 1,3% de tributos sobre a receita, devido alteração na alíquota de PIS e COFINS diferidos da controlada Pinheiros, decorrente da mudança do regime tributário de lucro real para lucro presumido; e (ii) redução de 17,7% de encargos regulatórios, sobretudo CDE e PROINFA, devido à redução do consumo dos consumidores livres.

Receita Operacional Líquida

Em decorrência dos fatores mencionados acima, a Receita Operacional Líquida Consolidada no 1S14 atingiu R\$ 443,7 milhões, aumento de 9,2% em relação ao 1S13 quando reportou R\$ 406,2 milhões.

(R\$ milhões)



Custos e Despesas de Construção e O&M

Custos e Despesas (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T14	2T13	Δ%	1S14	1S13	Δ%	2T14	2T13	Δ%	1S14	1S13	Δ%
Pessoal	(60,2)	(59,5)	1,3%	(116,8)	(128,6)	(9,2%)	(62,6)	(61,2)	2,3%	(121,5)	(132,2)	(8,0%)
Material	(16,7)	(21,4)	(22,0%)	(27,0)	(41,4)	(34,8%)	(20,2)	(32,3)	(37,2%)	(34,9)	(74,0)	(52,7%)
Serviço de Terceiros	(41,0)	(48,6)	(15,5%)	(77,9)	(91,6)	(14,9%)	(43,0)	(50,4)	(14,6%)	(81,5)	(95,5)	(14,6%)
Arrendamento e Aluguéis	(3,2)	(3,5)	(8,2%)	(6,9)	(7,0)	0,2%	(3,3)	(3,6)	(5,7%)	(7,2)	(7,1)	2,8%
Contingências	(2,6)	(24,6)	(89,5%)	(11,0)	(31,9)	(65,4%)	(2,6)	(24,6)	(89,4%)	(11,0)	(31,9)	(65,3%)
Depreciação	0,0	(1,8)	(99,8%)	(4,3)	(3,6)	19,7%	(2,3)	(1,8)	28,3%	(4,3)	(3,6)	19,7%
Outros	(9,3)	(13,3)	(30,7%)	(19,8)	(23,5)	(16,1%)	(9,6)	(13,6)	(29,5%)	(20,5)	(24,1)	(14,6%)
Subtotal	(132,9)	(172,6)	(23,0%)	(263,8)	(327,7)	(19,5%)	(143,6)	(187,5)	(23,4%)	(281,0)	(368,5)	(23,7%)
Custos de Construção	27,7	27,7	0,0%	55,9	50,0	11,8%	29,8	36,2	(17,7%)	60,8	78,1	(22,2%)
Custos de Melhorias	6,9	29,2	(76,4%)	12,9	29,2	(55,8%)	6,9	30,0	(77,0%)	13,0	30,0	(56,7%)
Total Custos e Despesas Operacionais	(98,3)	(115,7)	(15,0%)	(195,0)	(248,5)	(21,5%)	(106,9)	(121,3)	(11,9%)	(207,2)	(260,4)	(20,4%)

Os custos e despesas de construção e O&M consolidados tiveram uma redução de 23,7% registrando R\$ 281,0 milhões no 1S14 frente aos R\$ 368,5 milhões em 1S13.

A redução nos custos e despesas operacionais é explicada pela:

- i. Reduções de 52,7 % em Material e 14,6% nos Serviços de Terceiros, principalmente, (i) pela reprogramação de algumas atividades de operação e manutenção em atendimento as necessidades técnicas e de acordo com restrições de intervenção no sistema; (ii) internalização de parte de serviços de operação e manutenção; (iii) esforço da Companhia para renegociar os contratos vigentes; (iv) entrada em operação dos lotes K dos Leilões 004/2008 e 004/2011 da controlada Pinheiros, cujas obras foram concluídas no primeiro e terceiro trimestres de 2013, respectivamente.
- ii. Redução nas despesas de contingências de 65,3%, refletindo as execuções definitivas no período.

A respectiva receita de construção é calculada acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do custo do investimento. Para as subsidiárias em fase pré-operacional acrescenta-se ao valor do custo do investimento as despesas gerais administrativas e despesas financeiras. Os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção.

Os custos de construção acompanham a variação da receita de construção, que passou a ter maior representatividade nos custos totais, uma vez que, com o reconhecimento da receita de construção para Melhorias (Dezembro de 2013), a parcela de gastos correspondentes a estas melhorias é registrada como custo de construção e não mais como custo de operação e manutenção. Tal efeito aumenta o custo de construção e reduz o custo de operação e manutenção.

■ Equivalência Patrimonial

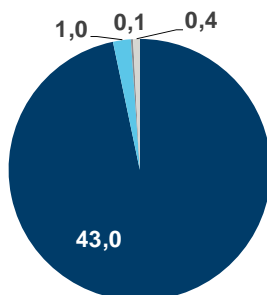
O resultado da equivalência patrimonial do 1S14 registrou receita de R\$ 36,0 milhões, queda de 19,1% frente à receita de R\$ 44,5 milhões do 1S13.

O resultado financeiro consolidado das coligadas registrou despesa de R\$ 92,3 milhões no 1S14, frente à despesa de R\$ 13,1 milhões no 1S13. O principal fator da variação trata-se da contabilização dos juros e amortizações dos financiamentos para a construção do Lote D (Linha de Transmissão) e Lote F (Subestações) da subsidiária IEMadeira que, no período pré-operacional da obra, devem ser capitalizados e após entrada em operação do projeto, passam a ser reconhecidos como despesas financeiras.

O resultado negativo em IENNE reflete, principalmente, o efeito da primeira Revisão Tarifária Periódica (RTP) definida pela Resolução Homologatória nº 1.540, de junho de 2013, que reduziu R\$ 3,4 milhões da RAP da subsidiária para o ciclo 2014/2015, resultado da revisão da WACC de 9,01% (estabelecida no leilão) para 6,88% (1ªRTP).

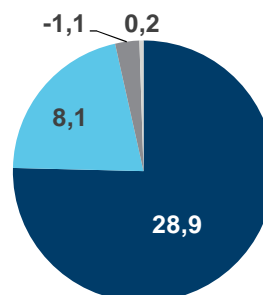
1S13

(R\$ milhões)



1S14

(R\$ milhões)



■ Madeira ■ Garanhus ■ IENNE ■ IESUL

Outras Receitas e Despesas Operacionais

O resultado de outras receitas/despesas operacionais atingiu receita de R\$ 6,2 milhões no 1S14, um aumento de 95,2% em relação ao mesmo período de 2013 quando registrou receita de R\$ 1,9 milhão. O resultado reflete (i) a amortização do ágio incorporado da controladora, no montante de R\$ 14,9 milhões e (ii) evento não recorrente do 2T14, por conta do crédito extemporâneo de PIS e COFINS sobre aquisição, nos últimos 5 anos, de máquinas e equipamentos destinados a operação de transmissão de energia elétrica no montante de R\$ 21,4 milhões.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu receita de R\$ 16,5 milhões no 1S14 apresentando redução de 67,6% em relação aos R\$ 50,9 milhões no 1S13, a saber:

- Redução do reconhecimento de receitas de variação monetária e de juros ativos no montante de R\$ 93,6 milhões no 1S13, comparado com R\$ 54,7 milhões no 1S14, referentes à atualização pelo IPCA + 5,59% do Contas a Receber de ativo de indenização – Lei nº 12.783, sendo que no 1T13 a maior parte dessa atualização refere-se a parcela recebida à vista (50% do total). O saldo está sendo recebido em parcelas mensais até julho de 2015; e
- Redução dos juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos, devido à liquidação de contratos na Controladora.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Controladora						Consolidado					
	2T14	2T13	Δ%	1S14	1S13	Δ%	2T14	2T13	Δ%	1S14	1S13	Δ%
Rendimento de aplicação financeira/Juros Ativos	23,2	38,0	(39,0%)	47,5	83,8	(43,3%)	23,8	38,4	(37,9%)	48,8	84,5	(42,2%)
Receita de variações monetárias líquidas	18,6	16,7	11,4%	37,2	47,3	(21,3%)	18,6	16,7	11,2%	37,2	47,3	(21,4%)
Variações cambiais	0,0	(16,5)	-	0,0	(12,8)	-	0,0	(16,5)	-	0,0	(12,8)	-
Resultado das operações de Hedge (*)	0,0	9,8	-	0,0	4,4	-	0,0	9,8	-	0,0	4,4	-
Juros e encargos sobre empréstimos	(30,4)	(31,7)	(4,0%)	(59,3)	(62,8)	(5,6%)	(35,4)	(36,5)	(2,9%)	(69,1)	(72,5)	(4,6%)
Outras	(0,1)	0,1	260,4%	(0,0)	0,1	-	(0,3)	(0,0)	1900,0%	(0,4)	0,0	-
Total	11,3	16,4	31,2%	25,4	60,0	57,7%	6,7	11,9	(44,0%)	16,5	50,9	(67,6%)

(*) Inclui encargos sobre CCB Internacional e Comercial Paper.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

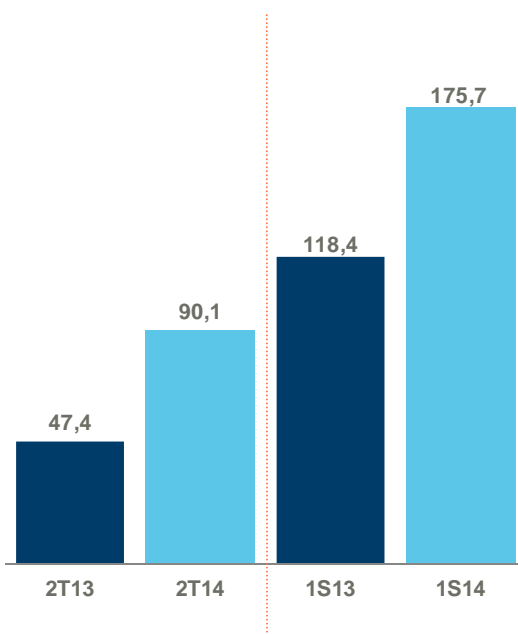
As despesas com imposto de renda e contribuição social somaram R\$ 45,8 no 1S14, frente a R\$ 16,6 milhões no 1S13. A taxa efetiva foi de 20,7% no 1S14 comparado com 12,3% em 1S13.

Lucro (Prejuízo) Líquido

O lucro líquido do 1S14 atingiu R\$ 175,7 milhões, um aumento de 48,4% em relação ao 1S13. O lucro por ação atingiu R\$ 1,15.

Considerando a exclusão do efeito líquido, não recorrente, do crédito extemporâneo de PIS e COFINS, o lucro líquido seria de R\$ 161,6 milhões no 1S14, representando um crescimento de 36,4% sobre o mesmo período de 2013.

(R\$ milhões)



EBITDA e Margem EBITDA

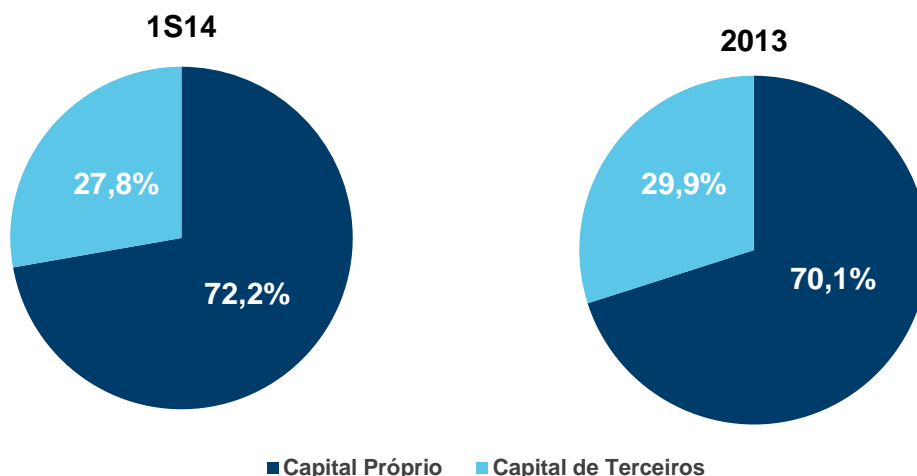
O Ebitda Consolidado, conforme ICVM 527/12, atingiu R\$ 225,4 milhões no 1S14, aumento de 119,5% frente ao mesmo período de 2013, quando registrou R\$ 102,7 milhões.

Excluindo o efeito não recorrente do valor referente ao crédito extemporâneo de PIS e COFINS sobre aquisição, contemplado na rubrica Outras Despesas/Receitas Operacionais, do Ebitda calculado de acordo com a Instrução CVM nº527/12, o Ebitda (ex-crédito PIS/COFINS) atingiu R\$ 204,0 milhões no 1S14, com margem Ebitda de 46,0%.

EBITDA (R\$ milhões)	Controladora				Consolidado			
	2T14	2T13	1S14	1S13	2T14	2T13	1S14	1S13
Lucro (prejuízo) Líquido	90,1	47,4	175,7	118,4	90,1	47,4	175,7	118,4
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	25,1	(0,2)	46,5	14,6	26,0	0,9	45,8	16,6
Resultado financeiro líquido	(11,3)	(16,4)	(25,4)	(60,0)	(6,7)	(11,9)	(16,5)	(50,9)
Depreciações e amortizações	10,4	9,3	20,5	18,6	10,4	9,3	20,5	18,6
EBITDA ICVM nº 527/12	114,3	40,0	217,3	91,6	119,8	45,7	225,4	102,7
Margem EBITDA ICVM nº 527/12	57,6%	22,4%	54,5%	26,5%	54,9%	22,3%	50,8%	25,3%

Estrutura de Capital

Composição



Endividamento

A dívida bruta consolidada em 30 de junho de 2014 somou R\$ 1.308,9 milhões, aumento de 5,6% em relação a ao final de 2013 quando registrou R\$ 1.239,5 milhões. As disponibilidades da Companhia somavam R\$ 533,0 milhões, valor R\$ 67,0 milhões inferior ao registrado em 31 de dezembro de 2013.

Dessa forma, a dívida líquida consolidada totalizou R\$ 775,9 milhões, representando um aumento de 21,3% em relação à dívida líquida ao final de 2013. A variação é decorrente, principalmente da captação, junto ao BNDES, no montante de R\$ 124,1 milhões e R\$ 26,9 milhões ocorrida em janeiro e junho de 2014, respectivamente, conforme contrato de empréstimo assinado em dezembro de 2013, no montante de R\$ 391,3 milhões. Também no 1S14, a CTEEP efetuou o pagamento de parcela de principal e juros referentes à 1ª Emissão de Debêntures de 1ª e 2ª séries.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões)	1S14	2013	Δ%
Dívida Bruta	1.308,9	1.239,5	5,6%
Curto Prazo	388,2	377,7	2,8%
Longo Prazo	920,6	861,8	6,8%
Disponibilidades*	533,0	600,0	-11,2%
Dívida Líquida	775,9	639,5	21,3%

(*) Os recursos da Companhia estão concentrados em fundos de investimentos exclusivos. Referem-se a quotas de fundo de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos.

Os principais indicadores financeiros (*covenants*) que a CTEEP está submetida são estabelecidos pela 1ª emissão de debêntures simples e pelos contratos de financiamentos com o BNDES:

- Debêntures:** os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Debêntures $\leq 3,5$ e EBITDA Ajustado Debêntures/Resultado financeiro $\geq 3,0$, apurado trimestralmente. Os *covenants* e as exigências estabelecidos na 1ª Emissão de Debêntures Simples da CTEEP estão sendo devidamente observados e cumpridos pela Companhia;
- Contratos de financiamento do **BNDES:** indicadores financeiros máximos são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 3,5$ e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) $\leq 0,6$, apurados anualmente. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a

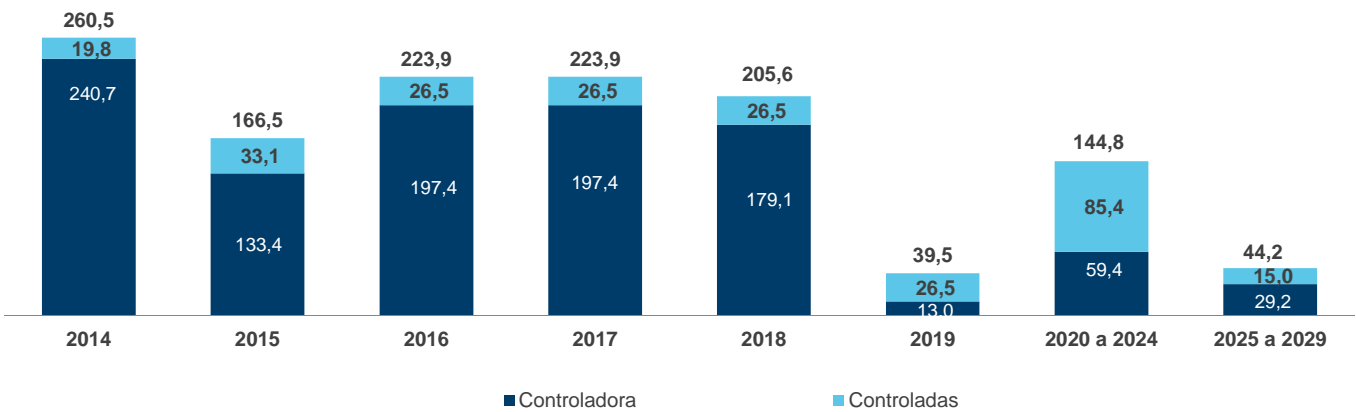


Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à participação por ela detida), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%. Inexiste evento de vencimento antecipado da dívida relacionado aos *covenants*.

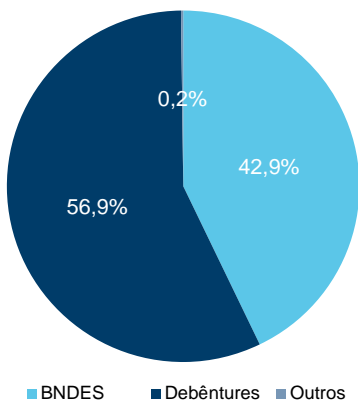
O **custo médio** da dívida consolidada passou de 9,5% a.a. em 31 de dezembro de 2013 para 10,0 % a.a. em 30 de junho de 2014. Esse aumento ocorreu, principalmente, devido ao aumento do CDI. O prazo médio da dívida consolidada em 30 de junho de 2014 manteve-se no mesmo patamar de 31 de dezembro de 2013, ou seja, em 2,6 anos.

Abaixo é demonstrado o cronograma de amortização do endividamento e a composição pelas contratações e encargos.

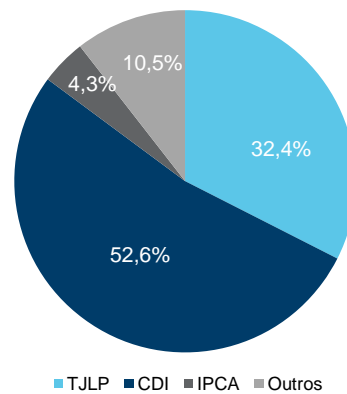
R\$ milhões



Contratação da Dívida
1S14



Encargos da Dívida
1S14



Subsidiárias

Abaixo, destacamos as principais informações sobre as subsidiárias:

Subsidiária	Estado(s)	Entrada em Operação	RAP 2014/2015 (milhões)	Vencimento do Contrato	Composição Acionária
Interligação Elétrica Minas Gerais	Minas Gerais	Dez/08	R\$ 14,3	Abr/37	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Pinheiros	São Paulo	(*)	R\$ 43,5	Out/38	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Serra do Japi	São Paulo	Mar/12	R\$ 32,6	Nov/39	CTEEP 100%
Evrecy	Minas Gerais Espírito Santo	Nov/08	R\$ 12,5	Jul/25	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Norte e Nordeste	Tocantins	Jan/11	R\$ 37,9	Mar/38	Isolux 50% CTEEP 25% CYMI 25%
Interligação Elétrica Sul	Rio Grande do Sul	(**)	R\$ 14,8	Out/38	CTEEP 50% CYMI 50%
Interligação Elétrica Madeira	Rondônia / São Paulo	(***)	R\$ 464,8	Fev/39	CTEEP 51% Furnas 24,5% Chesf 24,5%
Interligação Elétrica Garanhuns	Pernambuco	1º Trimestre 2015	R\$ 81,4	Dez/41	CTEEP 51% Chesf 49%

(*) Lote H - As subestações de Araras, Getulina e Mirassol entraram em operação em 05 de setembro de 2010, 10 de março de 2011 e 17 de abril de 2011, respectivamente.

Lote E - A subestação Piratininga entrou em operação em 26 de dezembro de 2011.

Lote K – A subestação Atibaia II (leilão 004/2008) entrou em operação em 08 de janeiro de 2013. A subestação Itapeti (leilão 004/2011) entrou em operação em 09 de agosto de 2013.

(**) Lote F - A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010.

Lote I - A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis entrou em operação em 21 de agosto de 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 4º trimestre de 2014.

(***) Lote D - Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013 (RAP de R\$251,2 milhões)

Lote F - Estação retificadora nº 02 CA/CC, 3150 MW; Estação Inversora nº 02 CC/CA, 2950 MW, **entrou em operação comercial em 12 de maio de 2014** (RAP: R\$213,6 milhões)

Revisão tarifária periódica da RAP

Em conformidade com os contratos de concessão, por intermédio da ANEEL, a cada quatro e cinco anos, após a data de assinatura dos contratos, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

A última revisão tarifária periódica da Evrecy foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.538, de 18 de junho de 2013, reduzindo a RAP em 16,0%, vigente a partir de 01 de julho de 2013. Por meio do Despacho nº 562, de 11 de maio de 2014, a Diretoria Colegiada da ANEEL deu provimento parcial ao pedido de reconsideração interposto pela Evrecy contra a REH nº 1.538/2013 que homologou o resultado da sua segunda revisão periódica. Dessa forma, a RAP da Evrecy referente às instalações revisadas foi reposicionada com redução de 3,9%.

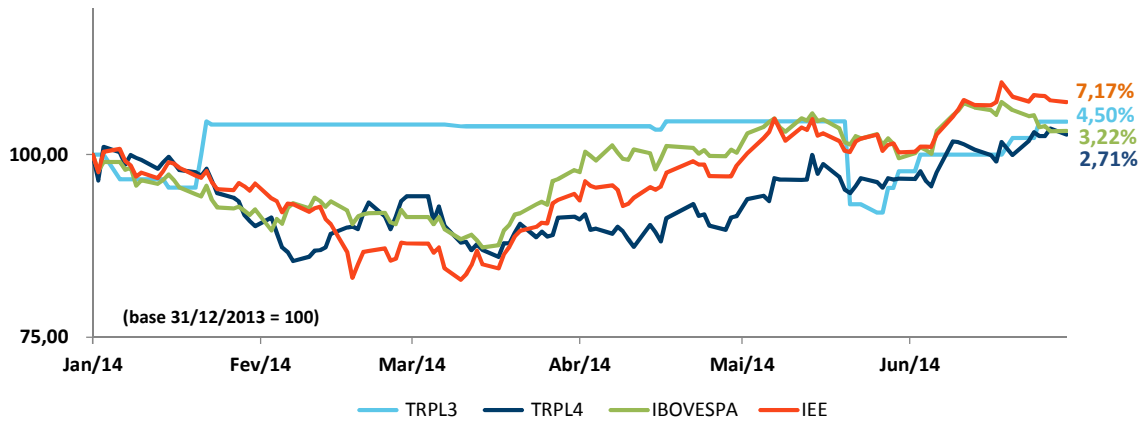
A primeira revisão tarifária periódica da IEPinheiros (contrato 018/2008) foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.755, de 24 de junho de 2014, reduzindo a RAP em 4,6%, vigente a partir de 01 de julho de 2014.

A primeira revisão tarifária periódica da IESul foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.755, de 24 de junho de 2014, reduzindo a RAP em 4,6%, vigente a partir de 01 de julho de 2014.

A primeira revisão tarifária periódica da IEMadeira foi definida por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.755, de 24 de junho de 2014, reduzindo a RAP em 4,5% para o contrato 013/2009 e 3,81% para o contrato 015/2009, vigentes a partir de 01 de julho de 2014.

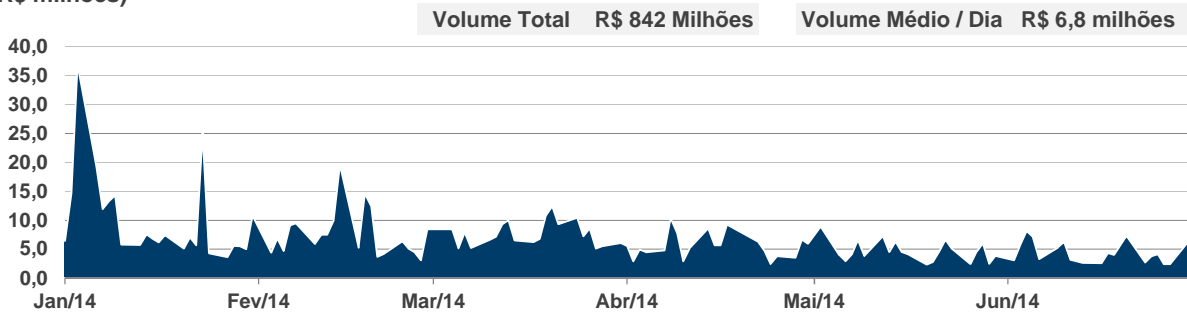
Mercado de Capitais

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram o 1S14 cotadas a R\$ 45,98 e R\$ 27,65, respectivamente, o que representa uma variação de +4,50% e +2,71%, também respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2013. No mesmo período, o Ibovespa apresentou uma valorização de 3,22% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) de 7,17%.



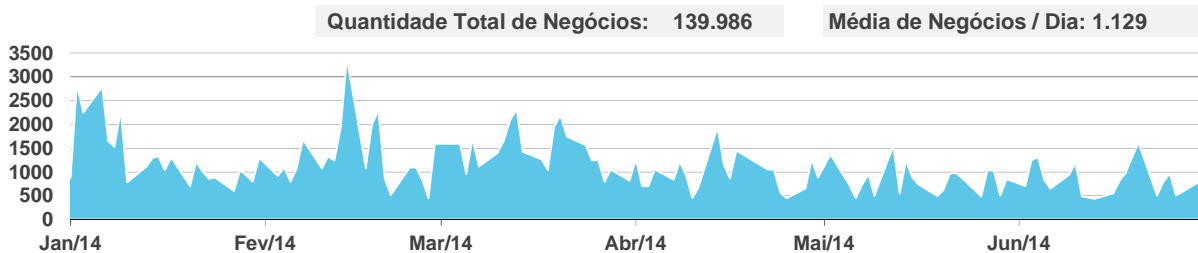
Durante o primeiro semestre, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 6,8 milhões, o volume total negociado no ano foi de R\$ 842 milhões.

Volume Financeiro Negociado até 30/06/2014 (R\$ milhões)



Com uma média diária de 1.129 negócios, as ações preferenciais da CTEEP atingiram 139,986 negócios no primeiro semestre de 2014.

Quantidade de Negócios até 30/06/2014 (unidades)



Evento Subsequente

■ Aumento do capital social

Em 16 de julho de 2014 o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia para integralizar o benefício fiscal na CTEEP oriundo da amortização do ágio, com base no capital autorizado estabelecido no Estatuto Social, mediante a subscrição privada de ações. O aumento de capital será de, no mínimo R\$ 87,5 milhões e, no máximo, R\$ 231,6 milhões, sendo que o valor mínimo corresponde à parcela do aumento que caberá ao acionista controlador da Companhia.

Anexos

Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS

Ativo (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/14	31/12/13	30/06/14	31/12/13
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	1.024	1.257	3.710	4.270
Aplicações Financeiras	518.368	578.547	529.260	595.756
Contas a Receber	748.572	677.053	821.396	749.388
Estoques	49.993	50.788	52.265	61.767
Tributos Correntes a Recuperar	76.025	70.507	78.312	72.765
Despesas Antecipadas	14.055	531	14.198	544
Outros	96.341	92.590	115.880	105.677
	1.504.378	1.471.273	1.615.021	1.590.167
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Contas a Receber	2.186.543	2.387.060	2.996.506	3.218.954
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	710.881	643.027	710.881	643.027
Benefício Fiscal - ágio incorporado	45.416	60.359	45.416	60.359
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	192.648	219.268	192.648	219.268
Cauções e Depósitos Vinculados	68.086	76.282	68.086	76.282
Estoques	48.423	47.748	48.423	47.748
Outros	13.643	11.752	25.904	23.453
	3.265.640	3.445.496	4.087.864	4.289.091
Investimentos	1.847.291	1.659.227	1.242.092	1.075.009
Imobilizado	12.643	10.370	12.643	10.370
Intangível	18.296	14.195	49.336	46.069
	1.878.230	1.683.792	1.304.071	1.131.448
Total do Ativo	6.648.248	6.600.561	7.006.956	7.010.706

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/14	31/12/13	30/06/14	31/12/13
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	156.410	153.134	195.986	192.811
Debêntures	192.258	184.884	192.258	184.884
Fornecedores	20.508	22.631	38.427	50.356
Tributos e Encargos sociais a recolher	15.847	17.909	18.240	20.131
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	14.410	13.915	14.410	13.915
Encargos Regulatórios a recolher	56.336	35.913	59.522	38.666
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	33.398	204.092	33.398	204.092
Provisões	25.932	26.981	26.917	27.997
Valores a Pagar - Fundação CESP	5.977	6.091	5.977	6.091
Outros	5.150	13.863	11.472	20.329
	526.226	679.413	596.607	759.272
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e Financiamentos	148.183	76.216	367.796	309.026
Debêntures	552.830	552.756	552.830	552.756
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	134.490	136.827	134.490	136.827
PIS e COFINS diferidos	63.276	54.968	99.998	117.860
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	31.955	34.547
Encargos Regulatórios a recolher	22.153	36.020	22.153	36.020
Provisões	117.680	127.861	117.717	127.898
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.053	24.053
	1.062.665	1.008.701	1.350.992	1.338.987
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	2.000.000	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Reservas de Capital	1.364.907	1.364.907	1.364.907	1.364.907
Reservas de Lucros	1.516.874	1.516.874	1.516.874	1.516.874
Lucros/Prejuízos Acumulados	176.910	0	176.910	0
Proposta de distribuição de dividendo adicional	0	30.000	0	30.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666	666
	5.059.357	4.912.447	5.059.357	4.912.447
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	6.648.248	6.600.561	7.006.956	7.010.706

■ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil) - Controladora

Demonstração de Resultado (R\$ milhões)	Controladora					
	2T14	2T13	Δ%	1S14	1S13	Δ%
Receita Operacional Bruta	224.683	206.330	8,9%	451.020	402.223	12,1%
Construção	38.065	30.534	24,7%	75.794	55.079	37,6%
O&M	159.951	149.091	7,3%	322.983	288.155	12,1%
Fiançeira	20.883	21.453	(2,7%)	40.384	48.457	(16,7%)
Outras	5.784	5.252	10,1%	11.859	10.532	12,6%
Deduções à Receita Operacional	(26.372)	(27.350)	(3,6%)	(52.541)	(56.929)	(7,7%)
Receita Operacional Líquida	198.311	178.980	10,8%	398.479	345.294	15,4%
Custos e Despesas Operacionais	(135.263)	(172.603)	(21,6%)	(263.784)	(327.730)	(95,3%)
Pessoal	(60.234)	(59.465)	1,3%	(116.801)	(128.618)	(9,2%)
Material	(16.663)	(21.391)	(22,1%)	(26.954)	(41.424)	(34,9%)
Serviços	(41.015)	(48.569)	(15,6%)	(77.886)	(91.610)	(15,0%)
Outros	(17.351)	(43.178)	(59,8%)	(42.143)	(66.078)	(36,2%)
Resultado Bruto	63.048	6.377	888,7%	134.695	17.564	666,9%
Equivalência Patrimonial	27.075	29.533	(8,3%)	55.841	53.572	4,2%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	13.779	(5.161)	(367,0%)	6.249	1.895	229,8%
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	103.902	30.749	237,9%	196.785	73.031	169,5%
Resultado Financeiro	11.294	16.411	(31,2%)	25.363	60.011	(57,7%)
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	23.196	38.006	(39,0%)	47.471	83.778	(43,3%)
Receita de Variação monetária líquida	18.598	16.702	11,4%	37.227	47.286	(21,3%)
Variação Cambial	0	(16.520)	(100,0%)	0	(12.780)	(100,0%)
Resultado de Hedge	0	9.841	(100,0%)	0	4.388	(100,0%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(30.415)	(31.671)	(4,0%)	(59.294)	(62.790)	(5,6%)
Outras	(85)	53	(260,4%)	(41)	129	(131,8%)
Lucro operacional	115.196	47.160	144,3%	222.148	133.042	67,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(25.085)	235,0	(10774,5%)	(46.495)	(14.625)	217,9%
Corrente	(12.426)	(13.402)	(7,3%)	(19.875)	(76.478)	(74,0%)
Diferido	(12.659)	13.637	(192,8%)	(26.620)	61.853	(143,0%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	90.111	47.395	90,1%	175.653	118.417	48,3%

■ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil) - Consolidado

Demonstração de Resultado (R\$ milhões)	Consolidado					
	2T14	2T13	Δ%	1S14	1S13	Δ%
Receita Operacional Bruta	246.373	235.244	4,7%	498.660	469.302	6,3%
Construção	40.439	39.326	2,8%	81.153	85.838	(5,5%)
O&M	166.212	155.248	7,1%	334.326	298.923	11,8%
Fiançeira	34.425	35.683	(3,5%)	72.584	74.500	(2,6%)
Outras	5.297	4.987	6,2%	10.597	10.041	5,5%
Deduções à Receita Operacional	(27.999)	(29.904)	(6,4%)	(54.999)	(63.144)	(12,9%)
Receita Operacional Líquida	218.374	205.340	6,3%	443.661	406.158	9,2%
Custos e Despesas Operacionais	(143.593)	(187.470)	(23,4%)	(281.037)	(368.465)	(23,7%)
Pessoal	(62.564)	(61.227)	2,2%	(121.517)	(132.229)	(8,1%)
Material	(20.233)	(32.266)	(37,3%)	(34.910)	(73.962)	(52,8%)
Serviços	(43.012)	(50.411)	(14,7%)	(81.492)	(95.497)	(14,7%)
Outros	(17.784)	(43.566)	(59,2%)	(43.118)	(66.777)	(35,4%)
Resultado Bruto	74.781	17.870	318,5%	162.624	37.693	331,4%
Equivalência Patrimonial	20.850	23.735	(12,2%)	36.013	44.495	(19,1%)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	13.779	(5.161)	(367,0%)	6.249	1.895	229,8%
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	109.410	36.444	200,2%	204.886	84.083	143,7%
Resultado Financeiro	6.662	11.890	(44,0%)	16.521	50.921	(67,6%)
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	23.823	38.379	(37,9%)	48.833	84.454	(42,2%)
Receita de Variação monetária líquida	18.572	16.702	11,2%	37.180	47.286	(21,4%)
Variação Cambial	0	(16.520)	(100,0%)	0	(12.780)	(100,0%)
Resultado de Hedge	0	9.841	(100,0%)	0	4.388	(100,0%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(35.433)	(36.497)	(2,9%)	(69.099)	(72.452)	(4,6%)
Outras	(300)	(15)	1900,0%	(393)	25	(1672,0%)
Lucro operacional	116.072	48.334	140,1%	221.407	135.004	64,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(25.961)	(939)	2664,7%	(45.754)	(16.587)	175,8%
Corrente	(13.351)	(14.186)	(5,9%)	(21.726)	(77.898)	(72,1%)
Diferido	(12.610)	13.247	(195,2%)	(24.028)	61.311	(139,2%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	90.111	47.395	90,1%	175.653	118.417	48,3%

Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	1S14	1S13	1S14	1S13
Caixa Líquido Atividades Operacionais	255.856	1.703.537	270.399	1.693.193
Caixa Gerado nas Operações	226.114	104.780	225.859	125.568
Lucro Líquido	175.653	118.417	175.653	118.417
Depreciação e Amortização	4.345	3.637	4.345	3.637
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.620	(61.853)	24.028	(61.311)
Provisão para contingências	(10.181)	5.237	(10.181)	5.237
Valor residual de ativo permanente baixado	166	9	166	9
Amortização do ágio incorporado	14.943	14.944	14.943	14.944
Amortização do ágio Everecy	1.245	0	1.245	0
Reversão da provisão perda em Controlada	(1.198)	(1.212)	(1.198)	(1.212)
PIS e COFINS Diferidos	8.308	5.674	(17.862)	8.114
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	62.054	73.499	70.733	82.228
Equivalência Patrimonial	(55.841)	(53.572)	(36.013)	(44.495)
Variações nos Ativos e Passivos	29.742	1.598.757	44.540	1.567.625
Contas a receber	128.998	1.863.525	151.638	1.834.693
Estoques	120	(9.073)	8.827	(18.363)
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(67.854)	(80.871)	(67.854)	(80.871)
Tributos e contribuições compensáveis	(5.462)	(594)	(5.491)	(1.134)
Cauções e depósitos vinculados	8.196	(1.674)	8.196	(1.674)
Despesas pagas antecipadamente	(13.524)	(8.500)	(13.654)	(8.548)
Outros	(5.642)	(7.644)	(12.654)	(13.692)
Fornecedores	(2.123)	(24.177)	(11.929)	(10.268)
Tributos e encargos sociais a recolher	(2.062)	(113.155)	(1.891)	(113.034)
Encargos regulatórios a recolher	6.071	(2.535)	6.503	(2.135)
Provisões	(1.049)	(970)	(1.080)	(733)
Valores a pagar - Fundação Cesp	(114)	(47)	(114)	(47)
Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	(7.100)	(6.667)	(7.100)	(6.667)
Outros	(8.713)	(8.861)	(8.857)	(9.902)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(82.977)	(1.346.960)	-75.871	(1.318.815)
Imobilizado	(3.773)	(3.212)	(3.773)	(3.212)
Intangível	(7.112)	(2.914)	(7.523)	(4.892)
Investimentos	(132.270)	(119.018)	(131.070)	(88.850)
Aplicação Financeira	60.179	(1.221.816)	66.496	(1.221.861)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(173.112)	(651.694)	-195.088	(672.200)
Adições de empréstimos	151.368	200.000	151.368	200.000
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(124.987)	(875.907)	(146.963)	(896.413)
Dividendos pagos	(199.493)	(17)	(199.493)	(17)
Instrumentos Financeiros Derivativos	0	24.230	0	24.230
Variação de Caixa e Equivalentes	-233	-295.116	-560	-297.822
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.257	296.486	4.270	309.603
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.024	1.370	3.710	11.781

■ **Anexo IV - Composição do Endividamento CTEEP e Controladas (R\$ mil)**

Fontes	Encargos	Vencimentos	2T14	2013
BNDES	TJLP + 2,3% ano	15/06/15	94.504	141.217
	TJLP + 1,8% ano	15/06/15	56.368	84.488
	TJLP + 1,8% ano	15/03/29	96.555	0
	3,50% a.a.	15/01/24	54.117	0
	4,00% a.a.	15/08/18	319	0
Debêntures - CTEEP				
1ª Série	CDI + 1,3% ano	15/12/14	162.734	162.518
2ª Série	IPCA + 8,1% ano	15/12/17	56.449	75.147
Série Única	116% CDI	26/12/18	525.905	499.975
Outros - CTEEP				
Eletrobras	8% ano	15/11/21	264	290
Arrendamento Mercantil	-	-	2.466	3.355
TOTAL CTEEP:			1.049.681	966.990
BNDES				
IEMG	TJLP + 2,4% ano	15/04/23	44.882	47.432
	TJLP + 2,6% a.a.	15/05/26	42.355	44.210
PINHEIROS	5,5% a.a.	15/04/21	66.047	71.128
	3,50% a.a.	15/04/23	15.996	16.502
	TJLP + 2,1% a.a.	15/02/28	7.214	7.303
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,9% ano	15/05/26	44.348	46.083
	TJLP + 1,5% ano	15/05/26	38.347	39.829
TOTAL SUBSIDIÁRIAS			259.189	272.487
Total Consolidado (R\$ mil)			1.308.870	1.239.477

(*) Em abril de 2011, a CTEEP assinou o contrato de cédula de crédito bancária internacional com o Banco Itaú BBA Nassau, com a remuneração de variação cambial de dólar + 4% a.a. Com intuito de proteger a volatilidade da moeda e uma possível perda de variação cambial, houve a contratação de instrumento de Swap com o Banco Itaú BBA com o fator de correção a 103,50% do CDI. A operação tem o vencimento final em abril de 2013.

(**) Em outubro de 2011, foi assinado o contrato de empréstimo externo de longo prazo com o Banco JP Morgan Chase, com remuneração de variação cambial de dólar + 2,1% a.a. Com intuito de proteger a volatilidade da moeda e uma possível perda de variação cambial, houve a contratação de Swap com o Banco JP Morgan com o fator de correção a 98,3% do CDI. A operação tem o vencimento final em outubro de 2013.

Composição do Endividamento: Coligadas – 30/06/2014 (R\$ milhões)

Endividamento CTEEP (Equivalencia Patrimonial) - 30/06/2014

Empresa	Fontes	Encargos	Vencimentos	Participação CTEEP
IE MADEIRA	ITAÚ BBA	IPCA + 5,5% a.a.	18/03/2025	200,0
IE MADEIRA	BNDES	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	790,5
IE MADEIRA	BNDES	2,5% a.a.	15/10/2022	116,4
IE MADEIRA	BASA	10% a.a.*	10/10/2032	147,0
Total IE Madeira (51% CTEEP)				1.253,9
IENNE	BB	CDI + 1,35% a.a.	04/08/2014	4,5
IENNE	BNB	8,50% a.a.*	19/05/2030	52,9
Total IENNE (25% CTEEP)				57,4
IEGARANHUNS	BNDES	TJLP + 2,05% a.a.	15/12/2028	109,7
IEGARANHUNS	BNDES	3,50% a.a.	15/08/2023	36,6
Total IE GARANHUNS (51% CTEEP)				146,3
IE SUL	BNDES	5,50% a.a.	15/01/2021	3,5
IE SUL	BNDES	3,00% a.a.	15/04/2023	5,3
IE SUL	BNDES	TJLP + 2,58% a.a.	15/05/2025	9,5
Total IE SUL (50% CTEEP)				18,3
TOTAL (R\$ milhões)				1.476,0

▪ **Anexo V - Demonstração de Resultados Controladora Regulatório (Não auditado) X IFRS (R\$ milhões)**

A Companhia é remunerada com base na sua Receita Anual Permitida (RAP), estabelecida nos Contratos de Concessão e homologadas anualmente pela ANEEL. Para fins de comparação, apresentamos abaixo, resultados Regulatórios referentes ao 1S14.

DRE - IFRS vs Regulatório	IFRS	Regulatório	Ajustes	Descrição dos Ajustes e Reclassificações
CTEEP Controladora	1S14	1S14	R\$ MM	
Receita Operacional Bruta	451,1	361,2	44,5	
Receita de uso da rede elétrica	-	349,3	(175,8)	Reclassificação para a receita de O&M
Receita de construção	61,6	-	31,1	Adoção IFRIC 12
Receita de construção - melhorias	14,2	-	6,6	Adoção IFRIC 12
Receita de O&M	323,0	-	163,0	Reclassificação da receita de O&M e adoção do IFRIC 12
Receita financeira	40,4	-	19,5	Adoção IFRIC 12
Outras receitas	11,9	11,9	-	
Deduções da receita operacional	(52,5)	(44,1)	(4,1)	PIS e COFINS diferidos sobre os ajustes da receita
Receita Operacional Líquida	398,6	317,0	40,4	
Custos dos serviços de construção e de O&M	(203,7)	(144,1)	(23,0)	
Custo de Construção	(55,9)	-	(28,3)	Adoção IFRIC 12
Custo de melhorias	(12,9)	-	(6,0)	Adoção IFRIC 12
Custos de Operação e Manutenção	(134,9)	(144,1)	11,2	Implementação dos cálculos IFRS
Despesas	(55,9)	(55,9)	-	
Despesas gerais e administrativas	(55,9)	(55,9)	-	
Depreciação e Amortização	(4,3)	(9,6)	2,5	Adoção IFRIC 12
Resultado Financeiro	25,4	25,4	-	
Equivalência Patrimonial	55,8	11,1	35,7	Adoção IFRIC 12 das controladas
Amortização do ágio	(16,2)	(16,1)	(0,0)	
Outras receitas (despesas) operacionais	22,4	(4,3)	1,4	
Lucro antes do IR & CSLL	222,2	123,4	56,8	
IR & CSLL	(46,5)	(28,1)	(7,2)	IR & CSLL diferidos sobre os ajustes do resultado
Lucro Líquido	175,7	95,3	49,7	
EBITDA	217,2	123,8	93,4	
Margem EBITDA	54,5%	39,1%		

▪ **Anexo V - Demonstração de Resultados Consolidado Regulatório (Não auditado) X IFRS (R\$ milhões)**

DRE - IFRS vs Regulatório	IFRS	Regulatório	Ajustes	Descrição dos Ajustes e
CTEEP Consolidado	1S14	1S14	R\$ MM	Reclassificações
Receita Operacional Bruta	498,7	406,6	92,1	
Receita de uso da rede elétrica	-	396,0	(396,0)	Reclassificação para a receita de O&M
Receita de construção	67,0	-	67,0	Adoção IFRIC 12
Receita de construção - melhorias	14,2	-	14,2	Adoção IFRIC 12
Receita de O&M	334,3	-	334,3	Reclassificação da receita de O&M e adoção do IFRIC 12
Receita financeira	72,6	-	72,6	Adoção IFRIC 12
Outras receitas	10,6	10,6	0,0	
Deduções da receita operacional	(55,0)	(47,5)	(7,5)	PIS e COFINS diferidos sobre os ajustes da receita
Receita Operacional Líquida	443,7	359,1	84,6	
Custos dos serviços de construção e de O&M	(218,6)	(151,3)	(67,3)	
Custo de Construção	(60,8)	-	(60,8)	Adoção IFRIC 12
Custo de melhorias	(12,9)	-	(12,9)	Adoção IFRIC 12
Custos de Operação e Manutenção	(144,9)	(151,3)	6,4	Implementação dos cálculos IFRS no SAP
Despesas	(58,0)	(58,0)	-	
Despesas gerais e administrativas	(58,0)	(58,0)	-	
Depreciação e Amortização	(4,3)	(21,7)	17,3	Adoção IFRIC 12
Resultado Financeiro	16,5	16,5	(0,0)	
Equivalência Patrimonial	36,0	1,2	34,8	Adoção IFRIC 12 das controladas
Amortização do ágio	(16,2)	(16,1)	(0,1)	
Outras receitas (despesas) operacionais	22,4	(4,3)	26,8	
Lucro antes do IR & CSLL	221,5	125,3	96,2	
IR & CSLL	(45,8)	(30,0)	(15,8)	IR & CSLL diferidos sobre os ajustes do resultado
Lucro Líquido	175,7	95,3	80,4	
EBITDA	225,5	146,6	78,9	
<i>Margem EBITDA</i>	<i>50,8%</i>	<i>40,8%</i>		

▪ **Anexo VI – Subsidiárias IFRS (R\$ mil)**

2T14								
Subsidiária	IEMG	Pinheiros	Serra do Japi	Evrecy	IENNE*	IESul*	IEMadeira*	IEGaranhuns*
Participação no Capital	100%	100%	100%	100%	25%	50%	51%	51%
Contas Patrimoniais - posição em 30/06/2014								
Ativos	168.671	511.814	247.480	47.513	648.179	279.812	4.880.491	720.733
Passivos	60.641	185.847	102.712	9.697	308.948	86.866	3.136.127	385.075
Patrimônio Líquido	108.030	325.967	144.768	37.816	339.231	192.946	1.744.364	335.658
Contas de Resultado - posição acumulada 1S14								
Receita Bruta	3.991	25.980	13.588	5.343	11.576	22.198	327.075	220.282
Receita Líquida	3.583	25.237	12.598	5.026	9.839	19.985	291.997	199.907
Custos e Despesas	(1.929)	(8.314)	(4.209)	(4.063)	(3.491)	(17.323)	(157.221)	(168.721)
Lucro/Prejuízo Líquido	(41)	14.360	4.608	901	(4.542)	390	56.612	15.845

*As informações correspondem a 100% do saldo das subsidiárias e não a participação da CTEEP.

▪ Anexo VII – Contas à Receber

Contas a receber (ativos de concessão) é o valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica e inclui a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. São remunerados pela taxa efetiva de juros apurada para cada contrato de concessão. Também faz parte do contas a receber (ativos de concessão) o O&M - Operação e Manutenção que refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.

Contas a Receber (ativos e concessão) (R\$ milhões)	Contrato 059/2013	Contrato 143/2001	Contrato Subsidiárias	1S2014	2013
Contas a Receber de serviços de Construção (a)	629.1	42.3	798.5	1,469.9	1,413.7
NIA	629.1	-	-	629.1	549.3
Outros	-	42.3	798.5	840.8	864.4
Contas a Receber de serviços O&M (b)	98.9	0.1	10.9	109.9	86.5
Contas a Receber MP 579 e 591 (c)	3,696.8	-	-	3,696.8	3,928.0
SE	3,026.3	-	-	3,026.3	3,026.3
NI	670.5	-	-	670.5	901.7
Contas a Receber por reversão (d)	3.3	-	73.3	76.6	75.5
NIA	3.3	-	-	3.3	3.2
Outros	-	-	73.3	73.3	72.3
Provisão para Redução ao Valor de Custo - SE (c)	(1,535.3)	-	-	(1,535.3)	(1,535.3)
TOTAL	2,892.8	42.4	882.7	3,817.9	3,968.4

(a) Valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica até o término da vigência de cada um dos contratos de concessão, dos quais a Companhia e suas controladas são signatárias, ajustado a valor presente e remunerado pela taxa efetiva de juros.

(b) O&M - Operação e Manutenção referem-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.

(c) Contas a receber Lei nº 12.783 – refere-se ao valor a receber por reversão dos investimentos realizados e não amortizados do contrato de concessão nº 059/2001, subdividido em NI e SE:

- A reversão das instalações referente ao NI corresponde ao montante de R\$ 2.949,1 milhões, sendo R\$ 2.891,3 milhões referente ao Valor Novo de Reposição (VNR) apurado e R\$ 57,8 milhões referente à remuneração pelo IPCA+5,59% a.a., conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes estão sendo recebidos em 31 parcelas mensais até 07 de julho de 2015.
- A reversão das instalações referente ao SE, ainda não divulgada pelo Poder Concedente, corresponde ao valor estimado dos investimentos pelo VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2012, que com base em laudo de avaliação independente, totaliza R\$ 3.026,3 milhões. A Companhia entende ter direito ao recebimento do valor apurado no referido laudo, entretanto, constituiu provisão para redução ao valor do custo de construção dessa infraestrutura, tendo em vista orientação

da ANEEL conforme despacho nº 155 de 23 de janeiro de 2013 que indica a manutenção do mesmo até a sua homologação pelo órgão regulador.

(d) Contas a receber por reversão – refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final dos contratos de concessão vigentes e ao qual a Companhia e suas controladas terão direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência dos contratos de concessão.